



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638253 - PE (2021/0000449-4)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : JAKSON BRAZ DOS SANTOS
ADVOGADO : JAKSON BRAZ DOS SANTOS - AL015364
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : CLECIA MARIA DA CONCEICAO PASCOAL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLECIA MARIA DA CONCEICAO PASCOAL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (S/N).

A paciente foi presa em flagrante pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas). Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que a decisão que converteu a prisão precautelar em acautelamento preventivo deu-se sem fundamentação idônea, baseada na gravidade abstrata do delito e na ausência dos requisitos do art. 311 e 312 do CPP. Ainda, informa que é genitora de crianças menores de 12 anos que dependem integralmente de seus cuidados.

Requer, liminarmente, a conversão da prisão preventiva em domiciliar ou a liberdade provisória. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR.

RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, até porque o desembargador relator esclareceu:

Bem, penso que decreto preventivo deve ser mantido, num primeiro momento, vez que eventual deferimento do pleito liminar, tal como posto na presente impetração, somente é admissível em casos de flagrante ilegalidade, o que não se vislumbra no caso em tela. Em que pese as certidões de nascimento dos filhos da paciente, não há comprovação de que estes dependem exclusivamente dela para sua subsistência. Assim sendo, entendo que há que ser ouvida a autoridade apontada como coatora antes de qualquer providência, bem como o Ministério Público, que é o principal interessado na persecução criminal em nome da sociedade(...).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente